

Petrônio Portella Filho, autor de A Moratória Soberana, constata:

“A dívida brasileira é impagável”



Para o jovem PhD em Economia, a moratória é uma estratégia científica que permitiria renegociar a dívida externa, através da desistência de negociação com o comitê de bancos credores, cuja atuação tem sido arrogante, inflexível, e intransigente. Petrônio Portella afirma que as retaliações não passam de mito.

Angela Drumond

O Brasil já pode contar com o seu primeiro doutor em dívida externa: o economista Petrônio Portella Filho, radicado em Brasília. Ele discorda dos economistas do PMDB na condução das negociações dos pagamentos dos juros, aponta os erros cometidos e apresenta a solução para a questão em seu livro *A Moratória Soberana* (a alternativa do confronto externo: seus custos, perspectivas e mitos), a ser lançado hoje na livraria Presença.

A *Moratória Soberana* é resultado de uma tese de doutorado defendida por Petrônio Portella Filho na Unicamp, no último ano, que surpreendeu a banca examinadora composta por Lauro Campos, Paulo Nogueira Baptista Júnior, Paulo Davidoff, Natermes Teixeira e Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos pais do Cruzado, o plano que marcou a gestão do ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro. Na opinião do economista, o menos ruim dos negociadores da dívida externa.

Com a aparência mais jovem do que os 32 anos que possui, Petrônio Portella Filho foi tido, em princípio, por um garoto arrogante e atrevido, especialmente por ousar contestar as medidas propostas por economistas de renome, neste país, e apresentar com simplicidade uma solução lógica para o complicado problema da dívida externa brasileira.

O livro, que já vendeu mil e quinhentos exemplares no eixo Rio/São Paulo, foi elaborado em dois anos e seis meses de estudos e análise dos dados em computador. Algumas cópias foram antecipadamente distribuídas a segmentos distintos da sociedade, abrindo o debate sobre a negociação da dívida externa a todo o tipo de leitor.

Segundo o autor, *A Moratória Soberana* é uma reflexão sobre a viabilidade do repúdio parcial da dívida externa — uma atitude que já foi tomada no passado por quase todos os países capitalistas que hoje são ricos e desenvolvidos.

“Procuro demonstrar que as retaliações não passam de um mito — uma forma de pressão sobre os devedores — pois não existe precedente de país que tenha sofrido bloqueio comercial ou creditício, no pós-guerra, em razão do repúdio de dívidas internacionais”, explica. O economista destaca o exemplo de Cuba, um país colado à plataforma continental americana, cuja tentativa de bloqueio comercial, foi boicotada pelos dois países vizinhos dos Estados Unidos: o México e o Canadá.

Baseando-se em fatos históricos, Petrônio Portella Filho constatou que os países, mesmo quando repudiam as suas dívidas, não estão isolados no mercado. Apenas têm taxas de “spreads” (de risco para empréstimos) mais elevadas. Isto se deve, em sua opinião, à natureza anárquica do sistema financeiro internacional.

Desta forma, *A Moratória Soberana*, para o autor, “é uma estratégia científica de renegociação da dívida externa, através da qual o Brasil deve desistir de renegociar com o Comitê de Bancos Credores — um cartel financeiro — cuja atuação tem sido arrogante, intransigente e inflexível”, frisou o filho do senador e ministro da Justiça do Governo Figueiredo, Petrônio Portella.

As distorções
Até o momento, os economistas do PMDB agiram com insensibilidade e incompetência no

processo de renegociação do pagamento da dívida. O atual ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, está seguindo caminho ainda pior, propondo o pagamento de 66% dos juros, com o refinanciamento de 33% através de empréstimos, critica Petrônio Portella Filho.

Nas crises do passado — prossegue — havia divisão de prejuízos entre credores e devedores para as dívidas impagáveis, como a do Brasil. E completou: “A alteração deste esquema veio especialmente a partir de 1982, quando os bancos credores organizaram-se em um cartel autodenominado Comitê Assessor de Bancos Credores e passaram a lançar mão de truques contábeis, para permitir a rolagem destas dívidas”.

Ou seja: “Ao invés de reconhecerem que as dívidas eram impagáveis, passaram a conceder auto-empréstimos para financiar a

conta dos juros devidos a eles mesmos, o chamado dinheiro novo, onde o credor dava o dinheiro com uma mão e tirava com a outra, na conta dos juros”.

Assim, o FMI — Fundo Monetário Internacional tornou-se o encarregado de pressionar os países devedores a gerarem superávits comerciais, para possibilitar o pagamento da dívida com programas de ajustamentos voltados para o incentivo às exportações gerando, portanto, queda no consumo interno às custas do arrocho salarial, explica o economista.

“Com isto, os anos 80 foram marcados por um processo maciço de empobrecimento do povo brasileiro e latino-americano”, segundo análise de Petrônio Portella Filho, que responsabiliza o PMDB por adotar uma estratégia falha diante de tal contexto. “Os economistas deste partido concor-

“Os economistas do PMDB agiram com insensibilidade e incompetência no processo de renegociação. Para Petrônio, o ex-ministro Dilson Funaro foi quem melhor negociou a nossa dívida”

daram em pagar a dívida sem recessão, tentando compatibilizar pagamento com crescimento econômico”.

Para ele, a moratória à qual denomina “Funaro” foi dirigida para uma redução na remessa de dólares ao exterior — o pagamento de 25% dos juros e a renegociação de 75% na forma de “dinheiro novo” — mas faltou o reconhecimento de que o mal deveria ter sido cortado pela raiz.

“O Brasil tem sofrido uma extorsão financeira de tal ordem que chegou a representar, de 1981 a 1986, uma remessa de recursos ao exterior superior a US\$ 40 bilhões em transferências líquidas, ao mesmo tempo em que a dívida registrada aumentou de US\$ 61 bilhões para mais de US\$ 100 bilhões no período”, argumenta.

Em sua análise isto quer dizer que a relação entre o Brasil e a comunidade bancária internacional

tornou-se dramaticamente parasitária, estando estas remessas de recursos na origem do déficit do governo, já que ele é hoje o maior devedor. “O setor privado exporta, o Banco Central compra os dólares e remete aos banqueiros internacionais”, um circuito que a seu ver deve ser interrompido.

Este crescimento perverso, segundo o economista, tem beneficiado, no Brasil, duas classes nativas: os exportadores e banqueiros. “Estamos pagando esta dívida por causa deles”, arrisca Petrônio Portella Filho, para quem os exportadores passaram a receber generosos incentivos fiscais, que reduziram em 35% a arrecadação tributária de 1986.

Comparativamente, tal percentual corresponde a perdas que seriam três vezes maiores do que o total de impostos de renda pagos pelas pessoas físicas. Além disto, destaca, 54% dos incentivos fiscais estão concentrados nos benefícios às exportações, uma transferência de recursos do próprio governo.

Os segundos vilões nesta história, segundo o economista, são os banqueiros nacionais, outro forte grupo de aliados dos credores internacionais, apontados em sua tese de doutorado. “Eles são os financiadores do déficit do governo, o que pode ser considerado como uma atividade altamente lucrativa e sem risco, já que o governo federal para as mais altas taxas de juros reais do mundo”, destaca.

Com isto, os prejuízos da dívida externa ficaram concentrados nas populações trabalhadoras, nos pequenos e médios empresários e no governo, onde apenas exportadores e banqueiros continuam a lucrar com esse modelo superexplorador, conclui.

A luz no final do túnel

Com tais argumentos, Petrônio Portella procura apresentar uma sugestão para o problema: aproveitando as divergências existentes entre os credores, o Brasil deve procurar negociar isoladamente, começando pelos credores moderados — os bancos europeus, suíços e americanos de pequeno e médio porte — que, segundo garante, “estão dispostos a perdoar parte da dívida externa brasileira”.

Uma prova disto, frisa, é o fato de que os títulos de nossa dívida externa estão sendo transacionados no mercado secundário com descontos que chegam a 60% do valor facial, apesar do Brasil estar pagando ainda taxas de juros absurdamente altas. “A realidade de que a dívida brasileira e latina é impagável tem sido ocultada pelos comitês, controlados por sua vez pelo mais intransigente grupo de credores, os grandes bancos americanos”.

Tais credores têm tido lucros fantásticos com a dívida brasileira, mas recusam-se a fazer concessões aos devedores. Desta forma, continua, a solução para o Brasil estaria na tese de dividir os bancos para as negociações e aposar-se dos descontos dos títulos da dívida, oferecidos no mercado secundário.

“O Brasil deve reconhecer que é um devedor insolvente e soberano, gozando portanto de imunidade jurisdicional, o que lhe dá o poder de barganha com o direito à desvalorização de suas dívidas internacionais, o que já foi feito em 1930”, acrescenta Petrônio Portella Filho.

A *Moratória Soberana* refere-se à dívida de médio e longo prazos junto aos bancos privados internacionais, excluindo a dívida comercial, interbancária, junto ao Bird — Banco Mundial, e aos governos estrangeiros, que somadas representam apenas 30% de toda a dívida brasileira e são perfeitamente pagáveis.

Os demais 70% correspondem à dívida junto aos comitês assessores. “Por motivos éticos esta dívida deve ser repudiada pois foi fruto de práticas especulativas dos bancos internacionais. E como estes 70% já estão desvalorizados em 60% o Brasil deve parar de pagar juros e amortizações e deixar até mesmo de rolar a dívida, usando os dólares do superávit comercial para resgatar os títulos da nossa dívida com descontos ainda maiores: em torno de 70%”, aconselha o economista.

Para Petrônio Portella Filho, a moratória soberana é uma moratória lógica: o livro é um estudo interdisciplinar sobre a renegociação da dívida externa, no qual foram analisados os aspectos jurídicos, históricos, políticos e econômicos da crise da dívida. Uma tese doutoral de economia que, conforme frisou, teve pouca colaboração dos economistas.

“Só consegui entender de moratória a partir da leitura de livros de juristas internacionais, jornalistas e cientistas políticos. Enquanto os economistas vêm apenas o lado contábil da dívida externa, estes outros especialistas tendem analisar o lado que tende a prevalecer: o político e prático”, finaliza.